COOPERATIVISMO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: UM MAPEAMENTO DAS COOPERATIVAS DO TERRITÓRIO ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL

COOPERATIVISM, UNIVERSITY AND SOCIETY: A MAPPING OF COOPERATIVES OF THE SOUTH ZONE TERRITORY OF RIO GRANDE DO SUL

Autor(es): Davi Soares Maicá, Leticia Andrea Chechi, Alexandre Borba da Silveira, Mônica Bohm Paulsen, Daiane Ferreira de Aquino.
Filiação: Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
E-mail: davismaica@gmail.com, leticiachechi@furg.br, alexandre.silveira@furg.br, monicabohmpaulsen@gmail.com, dadaferreira3498@gmail.com.

Eixo temático: 3.5 Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais

Resumo: Este trabalho teve como objetivo mapear as organizações cooperativas em atividade no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, considerando os diferentes ramos do cooperativismo. O Território Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul, composto por 25 municípios, têm marcada diversidade étnica na sua formação social e uma predominância de estabelecimentos rurais de até 50 ha. Nesse contexto foi realizado um levantamento das organizações cooperativas atuantes, assim como número de cooperados, ano de fundação, ramo do cooperativismo e principal atividade. Essa região tem uma grande diversidade de povos tradicionais, relevância da reforma agrária e instituições que se relacionam com o movimento cooperativista no território gaúcho. Os resultados da pesquisa apresentam, de forma inédita, um panorama abrangente do cooperativismo na região, com dados que destacam sua diversidade, relevância e diferenciação perante as demais cooperativas no sul. A atuação das cooperativas em diferentes ramos, com predominância de pequenas e médias cooperativas, evidenciam a contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: extensão universitária, tecnologia em gestão de cooperativas, desenvolvimento territorial, cooperativas regionais.

Abstract: *This study aimed to map cooperative organizations operating in the Southern Zone of Rio Grande do Sul, focusing on the various branches of cooperativism. The Southern Zone of Rio Grande do Sul, comprising 25 municipalities, exhibits a pronounced ethnic diversity in its social composition and a preponderance of rural establishments measuring up to 50 hectares. In this context, a survey of active cooperative organizations was carried out, including the number of members, year of foundation, a branch of cooperativism, and main activity. The region under consideration is characterized by a high degree of diversity among its traditional peoples and a strong emphasis on agrarian reform and institutions related to the cooperative movement within the state of Rio Grande do Sul. The research findings offer a comprehensive overview of cooperativism in the region, emphasizing its diversity, relevance, and differentiation from other cooperatives in the south. The activities of cooperatives in various sectors, predominantly small and medium-sized, underscores the contribution of cooperativism to regional development.*
Keywords: *university extension, technology in cooperative management, territorial development, regional cooperatives.*

1. Introdução

O Cooperativismo é uma forma de organização socioeconômica baseada na cooperação entre indivíduos, que atuam conjuntamente em busca de objetivos comuns, Cattani (2003). Os princípios cooperativistas — como adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia, educação, intercooperação e interesse pela comunidade — diferenciam as cooperativas de outras formas organizacionais por sua orientação ética, coletiva e solidária. Conforme Bialoskorski Neto (2006), o cooperativismo substitui a lógica da concorrência e do

lucro pela cooperação e pela equidade na distribuição dos resultados, desempenhando ainda um papel educativo e social relevante (Pinho, 1996).

Diversos autores têm apontado o cooperativismo como um mecanismo estratégico para o fortalecimento da coesão social e da autonomia dos territórios (Schneider; Niederle, 2010; Favareto, 2010; Abramovay, 2000; Bursztyn, 2012). Ao promover a articulação entre atores sociais e econômicos locais, as cooperativas contribuem para a construção de arranjos institucionais mais democráticos, o fortalecimento do tecido social e a valorização dos saberes e recursos territoriais, ampliando a resiliência das comunidades frente às instabilidades externas.

Considerando esse potencial, este trabalho teve como objetivo mapear as organizações cooperativas em atividade no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, considerando os diferentes ramos do cooperativismo. Os resultados estão fazem parte de um programa de extensão intitulado “Cooperativismo, Universidade e Sociedade: construindo conexões, conhecimentos e oportunidades”, desenvolvido por por discentes e docentes do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - câmpus São Lourenço do Sul - RS.

A proposta surge a partir de inquietações empíricas e dados institucionais, com o propósito de promover a extensão universitária, gerando espaços de aprendizagem para os estudantes do curso junto à comunidade. O estabelecimento destas relações, especialmente com as cooperativas do território, pode criar possibilidades para a colocação profissional dos(as) egressos(as), majoritariamente jovens da região em busca de qualificação e melhores oportunidades, bem como divulgar o curso e atrair novos discentes para o mesmo, incentivando a formação superior e a especialização da gestão desses empreendimentos.

Nessa perspectiva, esse trabalho está organizado em quatro partes, além desta introdução. A seção seguinte aborda uma breve contextualização sobre a importância do cooperativismo para o desenvolvimento territorial, seguido pela metodologia e resultados e discussão. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais sobre o estudo, apontando limitações e futuros estudos.

2. Cooperativismo e desenvolvimento territorial

O cooperativismo tem suas raízes na Revolução Industrial, período marcado pelo excedente de mão de obra, altos índices de desemprego e a crescente busca por melhores condições de vida. Nesse contexto, a união de um grupo de trabalhadores, com o objetivo de criar uma alternativa econômica mais justa e solidária, resultou na fundação da primeira cooperativa formalmente registrada: a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale", em 1844, considerada o marco inaugural do cooperativismo moderno (Pinho, 1996).

O cooperativismo fundamenta-se nos princípios da cooperação, entendida, conforme Cattani (2003), como a ação simultânea, o trabalho em comum e a colaboração, em contraposição à lógica individualista. Tal concepção remete a um movimento coletivo, que adquire relevância especialmente em contextos de adversidade social, nos quais a cooperação emerge como alternativa para a satisfação de necessidades coletivas. Um exemplo histórico marcante dessa dinâmica foi a organização dos tecelões ingleses, que, diante dos impactos da Revolução Industrial, constituíram sociedades cooperativas com o intuito de mitigar, de forma coletiva, os efeitos adversos do novo modelo produtivo.

Nesse contexto, os pioneiros de Rochdale elaboraram sete princípios fundamentais que estruturam a base filosófica do cooperativismo. Esses princípios foram posteriormente atualizados, em 1937, 1966 e 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade responsável pela representação global do movimento cooperativista (Pinho, 1996). Tais diretrizes distinguem as cooperativas de outras formas organizacionais. De acordo com Bialoskorski Neto (2006), o princípio orientador das cooperativas implica a substituição da competição e da busca do lucro pela cooperação e pela equidade na distribuição dos resultados. Em consonância com essa perspectiva, Pinho (1996) ressalta ainda o papel educativo e social desempenhado

por essas organizações, conferindo-lhes uma função que transcende a mera atividade econômica.

De acordo com Schneider e Niederle (2010), as cooperativas possibilitam a articulação entre atores sociais e econômicos no espaço local, promovendo a coesão social e a gestão coletiva dos recursos. Esse processo favorece a construção de projetos de desenvolvimento endógenos, ou seja, baseados nas potencialidades e necessidades locais.

Segundo Favareto (2010), iniciativas econômicas de base territorial, como as cooperativas, fortalecem o tecido social e aumentam a resiliência das comunidades frente às crises econômicas. Da mesma forma, estudos demonstram que o associativismo e o cooperativismo favorecem a construção de arranjos institucionais mais democráticos, participativos e equitativos condição essencial para o desenvolvimento territorial sustentável (Abramovay, 2000; Da Silveira, Wegner e Monticelli, 2023).

Corroborando com esta perspectiva, Milano e Cazella (2021), reiteram que o cooperativismo e o associativismo constituem mecanismos-chave para promover a integração social, facilitar o acesso a mercados e tecnologias, bem como valorizar saberes e recursos territoriais — aspectos essenciais para o desenvolvimento territorial sustentável. Os valores e princípios cooperativos, como a autogestão, a solidariedade e a participação democrática, atuam como eixos estruturantes que potencializam a organização social e produtiva nos territórios, favorecendo processos de emancipação e transformação social.

3. Metodologia

Este trabalho se trata de uma pesquisa qualitativa, sendo o método do tipo descritivo explicativo. A pesquisa qualitativa pressupõe que a realidade é constituída de fenômenos socialmente construídos e os objetivos centram-se em compreender melhor os fenômenos (Richardson, 2009). O método de pesquisa descritivo consiste no

levantamento de uma série de informações sobre os fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1987). Enquanto o método explicativo, busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. A pesquisa descritiva antecede a explicativa, visto que a identificação de fatores determinantes de um fenômeno precisa estar suficientemente descrita e detalhada (Gil, 2007).

A fase inicial do processo se deu pela consulta de bases públicas de dados, com pesquisa através CNPJ, nome fantasia ou razão social, através da internet. Assim que encontrada uma organização, era verificada a existência de números de telefone ou endereço de e-mail para realizar o primeiro contato com as cooperativas, uma forma de verificar se a organização se encontrava ativa.

Dessa série de contatos, se observou que muitas dessas organizações não possuem um meio de contato acessível ao público, sendo necessário procurar terceiros para indicar uma via para contatar à cooperativa. Da mesma forma, geralmente os contatos públicos estão desatualizados e na maioria se tratam de números de telefone pessoais, havendo raras exceções em que se usam contas comerciais e e-mails institucionais. Além disso, a existência de contas em redes sociais não é realidade para muitas cooperativas, enquanto que algumas possuem perfis simples, sem uma identidade visual da cooperativa ou que seja um meio de contato digital.

Após a consulta em bases públicas de dados, foram procuradas entidades relacionadas ao cooperativismo ou cooperativas individuais para observar as cooperativas em atividade e seus contatos. Foram diversas prefeituras municipais, através de secretarias e gabinetes, instituições de assistência técnica e extensão rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater-RS/Ascar) e o Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ), sindicatos dos trabalhadores rurais, dos propagandistas e dos caminhoneiros, além de outras pessoas independentes que prestaram apoio ao levantamento territorial realizado.

Com a existência comprovada, se procedia ao contato, onde eram realizadas uma série de perguntas sobre a caracterização da cooperativa, ramo, número de cooperados,

área de atuação, ano de fundação e a principal atividade. Além da disponibilidade para a realização de uma visita, onde todas essas perguntas seriam aprofundadas por um questionário elaborado pela equipe do projeto.

Esta fase de levantamento começou em novembro de 2024 e se desenvolveu até maio de 2025. As atualizações continuam sendo feitas de acordo com o movimento que as cooperativas realizam na região e novas informações surgem no território. A partir de maio de 2025, foram iniciadas as visitas "*in loco*" às cooperativas do Território Zona Sul, processo que irá se seguir a longo prazo, com objetivo de visitar todas as cooperativas locais e regionais no sul do estado gaúcho.

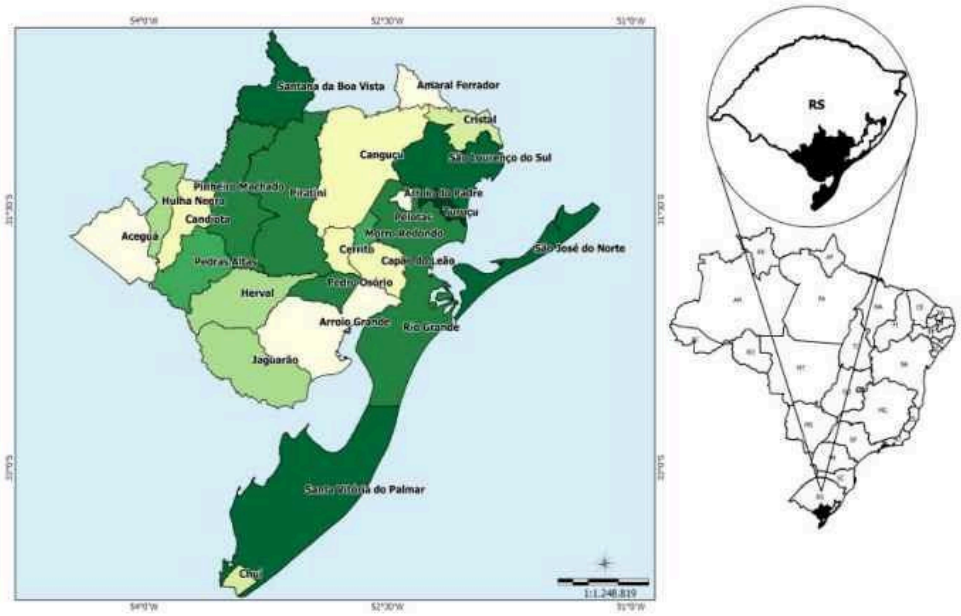
4. O cooperativismo no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

Os resultados estão organizados em duas seções. Inicialmente são apresentadas as características do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, seguido pela apresentação e discussão dos dados sobre as cooperativas do território.

4.1 O Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

O Território Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul abrange uma área de 39.960,00 Km² e é composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu (Figura 1).

Figura 1 - Mapa do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul - RS.



Fonte: Durignon, 2025.

O Território Zona Sul foi o primeiro território a ser validado no Rio Grande do Sul sob a perspectiva dos territórios da cidadania e desenvolvimento. Engloba 25 municípios e uma parcela significativa da população gaúcha, 871 mil habitantes (IBGE, 2022), a sua principal característica é a diversidade. Possui áreas de mata atlântica e pampa, das planícies litorâneas, passando pela Serra dos Tapes, cruzando a Laguna dos Patos, Lagoa Mirim e Mangueira, até a região da Campanha. A formação social se deu através da miscigenação dos povos indígenas, europeus e africanos. Sendo marcante a presença de povos tradicionais até os dias de hoje, é a região do estado com mais comunidades remanescentes de quilombos, com 50 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares em 16 municípios e 1 comunidade de São Lourenço do Sul com processo aberto (FCP, 2025). Conta ainda com o maior número de pescadores artesanais licenciados, 3.207 no Estuário da Lagoa dos Patos e 431 nas Lagoas Mirim e Mangueira (MPA, 2025). Estão presentes também aldeias indígenas Guarani, duas em

Rio Grande e uma em Canguçu, uma em Cristal e outra Pelotas (EMATER, 2025), e Kaingang.

O território apresenta uma estrutura fundiária baseada majoritariamente em estabelecimentos rurais de até 50 hectares, que se concentram em três municípios, sendo eles Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas (Peroni *et al*., 2018). De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), grande parte dos estabelecimentos agropecuários são enquadrados na categoria da agricultura familiar, superando 70% dos estabelecimentos em 17 dos 25 municípios. Atualmente, a ocupação das áreas agrícolas é bastante diversificada, tendo relatos de crescimento da produção de soja e tabaco, duas commodities agrícolas, em detrimento de culturas de gêneros alimentícios básicos, como batata e feijão.

Canguçu possui o título de "Capital Nacional da Agricultura Familiar", é o município com maior população rural, 28.848 pessoas (58,07% da população), e mais estabelecimentos rurais do estado, 8.075 (IBGE, 2017). Enquanto que Pelotas possui 20.029 (6,15%) e São Lourenço do Sul 16.823 (40,07%) pessoas na zona rural. A agricultura familiar está presente em todos os municípios e tem papel fundamental para pensar o desenvolvimento da região, desde produção primária até organização coletiva e segurança alimentar.

Povos originários, como guaranis, jês, kaingangs e charruas habitavam essa terra e possuíam sua própria organização social comunitária. Com a chegada da colonização, os espanhois incentivaram o estabelecimento de reduções jesuíticas. Para catequizar esses povos e ocupar o território do hoje norte do Rio Grande do Sul, se impôs outra forma de organização coletiva idealizada pelos padres daquela ordem, com viés produtivista mais forte e base teórica europeia. Isso influenciou o estado inteiro, não só pelas belas intenções dos padres, que se martirizam junto aos indígenas sob palavras como: "Não somos escravos e queremos fazer ver que não nos agrada o costume espanhol, que quer que cada um cuide de si em lugar de se ajudarem mutuamente em seus trabalhos cotidianos" (Limberger, 1996, p. 35). Mas muito pelo gado que eles

introduziram no Rio Grande do Sul e mudou a paisagem do rural, estabelecendo uma tradição produtiva no estado que virou símbolo da terra e do povo "gaúcho".

A pecuária bovina veio a se tornar o foco da economia gaúcha nos séculos seguintes com a exploração do charque pelos portugueses que ocuparam a terra em grandes latifúndios, com destaque para a região de Pelotas que possui esse nome por causa da pelota, embarcação de couro que os escravos utilizavam para atravessar arroios e rios com o charque, fazendo com que a cidade se tornasse um grande polo escravagista. A população escravizada chegou a ser maior que a livre em certos momentos da história do estado e, atualmente, é o com maior número de terreiros e adeptos de religiões de matriz africana, apesar de ser o segundo com menor população autodeclarada negra (IBGE, 2022). A população negra é protagonista de uma experiência pioneira de cooperativismo, tendo criado a Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho em Rio Grande no ano de 1891, quando somente três anos após a abolição se organizaram em uma entidade exclusiva para pretos e pardos, voltada para prestação de serviços e recreação dos associados (Costa, 2011).

A virada demográfica acontece no século XIX, com os incentivos do governo para a vinda de trabalhadores europeus, para mudar o perfil do trabalhador rural, do negro escravizado para o branco livre. Assim como em várias partes não só do estado, mas do Brasil, predominou a imigração de trabalhadores de regiões da Europa, onde hoje existe a Itália e a Alemanha. São Lourenço do Sul, por exemplo, tem seu mito de criação baseado na chegada de imigrantes pomeranos a partir de 1858, que desenvolveram o município e o emanciparam de Pelotas em 1884, e até hoje celebra-se essa herança pomerana (Ferreira; Heiden, 2009).

Em Pelotas, várias nacionalidades começaram a ocupar a zona urbana e rural, sendo predominante a chegada de portugueses entre 1844 e 1850, alemães entre 1850 e 1875 e italianos entre os anos de 1875 e 1900 (Müller; Hallal, 2017). Foi a única cidade do estado com uma colônia de franceses, a colônia Santo Antônio, localizada ironicamente no distrito do Quilombo, eles foram essenciais na disseminação do cultivo do pêssego e criaram as primeiras agroindústrias de Pelotas (Betemps, 1999). Os

imigrantes trouxeram junto sua bagagem cultural que resultou em experiências pioneiras do cooperativismo, no estado, podemos citar os feitos dos italianos Monteggia, colono, em 1893 e posteriormente Paternò, agrônomo, na década de 1910, assim como o padre jesuíta suiço Amstad no início do século XX (Bresciani, 2020).

Outros povos europeus em décadas seguintes também fizeram suas contribuições, como os menonitas que se instalaram na Colônia Nova, em Aceguá, em 1949 e criaram a Cooperativa Agrícola Mista de Aceguá Ltda. (CAMAL) em 1957 (Medina, 2014).

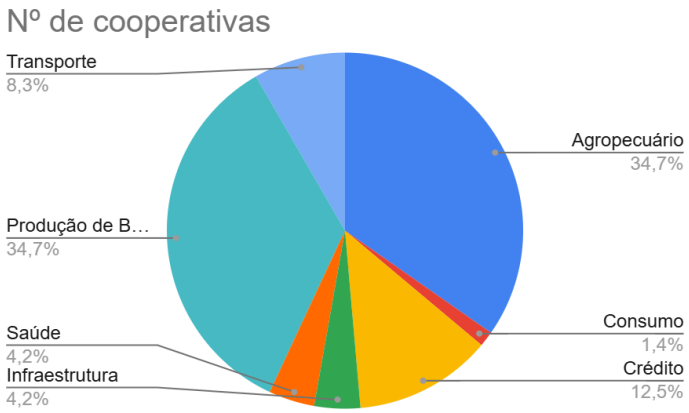
Essa é também a região mais assentada do Rio Grande do Sul, o primeiro assentamento no sul do estado foi o Assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra no ano de 1989, do qual se seguiram levas de assentamentos. Esses primeiros assentados decidem se organizar coletivamente na produção e surge a Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda (COPTIL), a qual se especula ser a mais antiga da reforma agrária no estado com 36 anos de atuação (Maicá; Siqueira, 2023). É necessário observar como os assentamentos afetaram o território, sendo através da ocupação territorial e população de vazios fundiários, a base de movimentos emancipatórios que levaram a criação dos municípios de Candiota e Hulha Negra em 1992, Aceguá em 1996 e Pedras Altas em 1999. Desde 1989, foram criados 116 assentamentos em 14 municípios, assentando 3.449 famílias. Em 2025, o Rio Grande do Sul possui 1.447 famílias acampadas em seis acampamentos, um deles em Hulha Negra (INCRA, 2025). A diversidade presente na formação histórica do território tem influência sobre a organização cooperativa do mesmo, como será abordado na próxima seção.

4.2 O cenário do cooperativismo no Território Zona Sul

No território analisado, observa-se a presença de 72 cooperativas em funcionamento. Destas, 56 possuem sede nos próprios municípios — caracterizando-se como cooperativas locais — enquanto 16 correspondem a filiais de cooperativas com sede fora do território, apenas três dessas possuem sede fora do estado, evidenciando a

endogenia das experiências. Elas representam todos os ramos do cooperativismo: 25 cooperativas agropecuárias, 25 de trabalho, produção de bens e serviços, 9 de crédito, 6 de transporte, 3 de infraestrutura, 3 de saúde e 1 de consumo (Figura 2).

Figura 2 - Representação das cooperativas por ramo.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) (2025) a partir de dados da pesquisa.

Destaca-se que, dentre as cooperativas de serviços, a maioria está voltada à coleta seletiva e à reciclagem, com atuação predominantemente municipal. Esse segmento está presente em 8 dos 25 municípios do território, com ênfase para o município de Pelotas, que concentra 9 cooperativas atuando na área. Esse sub-ramo de cooperativas vem crescendo desde a aprovação da lei que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, que prevê a implantação de coleta seletiva nos municípios com participação de associações e cooperativas de catadores (Silva; Sauka, 2023). As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares das universidades da região tiveram importante papel na assistência a esses grupos que trabalham com reciclagem e se organizam coletivamente na forma de associações e cooperativas em praticamente todos os municípios da região.

Outras atividades das cooperativas deste ramo incluem um cooperativa de serviços gerais, uma cooperativa restaurante, uma de produção de doces em Pelotas,

cidade que possui o título de “Capital Nacional do Doce”, tradição que se desenvolveu com o comum escambo de charque por açúcar (IPHAN, 2025). Ainda, uma de energia elétrica na região da campanha, uma cooperativa escolar em Arroio do Padre e uma de assistência técnica e extensão rural que tem realizado um curso com jovens rurais com uma cooperativa agropecuária da região.

Cabe ressaltar que o município de Capão do Leão é o único do território que não conta com nenhuma cooperativa em atividade. Esse fato tem várias razões históricas, sendo predominante o encerramento das atividades da Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda., a COSULATI, que tinha sede no município e era de grande influência no estado. Isso afetou não só o cooperativismo, mas toda a cadeia produtiva do leite que era seu foco, no território, que só se manteve por cooperativas que conseguiram absorver muitos dos antigos cooperados da COSULATI, mas mudou o perfil da produção leiteira da região.

Sendo o Rio Grande do Sul pioneiro no cooperativismo de crédito na América Latina, as cooperativas de crédito apresentam ampla capilaridade na região sul, estando presentes em 23 dos 25 municípios, são 9 cooperativas individuais que na maioria tem o foco no crédito rural, com operações de custeio e investimento através de linhas Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

As 25 cooperativas agropecuárias possuem sede ou filial em 17 dos municípios da região e cooperados(as) na totalidade deles, evidenciando sua importância para o setor produtivo local. Elas trabalham em sua maioria com hortifrutigranjeiros (11), em que as compras institucionais através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são essenciais. Algumas cooperativas com foco no leite (8) que se desenvolveram no vazio deixado pela COSULATI. Duas cooperativas possuem grãos como a principal atividade, mas que é secundária na maioria das outras.

Ademais, existe uma cooperativa de lãs em Jaguarão. A produção, que já foi proeminente no estado, à época gerou várias cooperativas no território, no entanto, com o avanço global dos tecidos sintéticos, a lã gaúcha ficou para trás e hoje o que é

produzido costuma apodrecer nos galpões. A pesca artesanal, que é tão característica e representativa na região, já teve experiências cooperativas em Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul, persistindo somente nos dias de hoje a cooperativa de Arroio Grande. É um desafio pensar formas de organização coletiva desses trabalhadores, que por muitas vezes se dá de maneira errática pela aglutinação desse grupo com a agricultura familiar na elaboração de políticas públicas.

Esse ramo também destaca a região por ser a casa de uma experiência pioneira na América Latina de produção de sementes agroecológicas. Localizada em Candiota, ela atua nacionalmente e seus cooperados são em maioria assentados da reforma agrária. As cooperativas da agricultura familiar e pesca artesanal tem sido beneficiadas pelo apoio essencial de instituições de assistência técnica e extensão rural, como a Emater-RS/Ascar, o ICPJ e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), assim como universidades federais através de projetos de extensão e entidades representativas, como o Fórum da Agricultura Familiar que formam uma rede heterogênea, a qual promove o cooperativismo e a organização social dos agricultores familiares na região. Mesmo que por vezes sem uma coordenação entre os atores, são prestadas ações de assistência tanto às cooperativas e associações, como aos produtores individuais na sensibilização sobre associativismo e cooperativismo, apoio na criação das instituições e acesso a políticas públicas.

Em menor número, existem seis cooperativas de transporte, três em Rio Grande, muito em razão do Porto, duas em Chuí e uma em Jaguarão, ambas cidades de fronteira. No ramo da infraestrutura, foram identificadas duas cooperativas habitacionais em Pelotas e uma que trabalha com serviços de irrigação em Arroio Grande. De saúde, são duas cooperativas individuais da mesma central, com amplo atendimento clínico e unidades hospitalares em Pelotas e Rio Grande, e uma especializada em atendimento odontológico. Na região, o ramo do consumo está representado por uma única cooperativa em Pelotas. Nesse contexto, é possível observar a diversidade do território, desde sua formação até a atualidade, que encontra amparo no cooperativismo e seus princípios, promovendo o desenvolvimento territorial através da articulação entre os

atores sociais e econômicos, e a valorização coletiva das potencialidades locais (Schneider; Niederle, 2010; Favareto, 2010).

A maior parte dos municípios (76%) possui entre 1 e 5 cooperativas. Apenas cinco municípios (20%) concentram seis ou mais cooperativas: Arroio Grande, Canguçu, Pelotas, Rio Grande e São Lourenço do Sul. Com destaque para um único município com mais de 21 cooperativas (4%), que se trata de Pelotas, a cidade mais populosa do território, com mais de 300 mil habitantes (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação do número de cooperativas por município do território.

Nº de Cooperativas	Nº de Municípios	%
Nenhuma	1	4%
1 a 2	9	36%
3 a 5	10	40%
6 a 10	3	12%
11 a 15	1	4%
16 a 20	0	0%
Mais de 21	1	4%

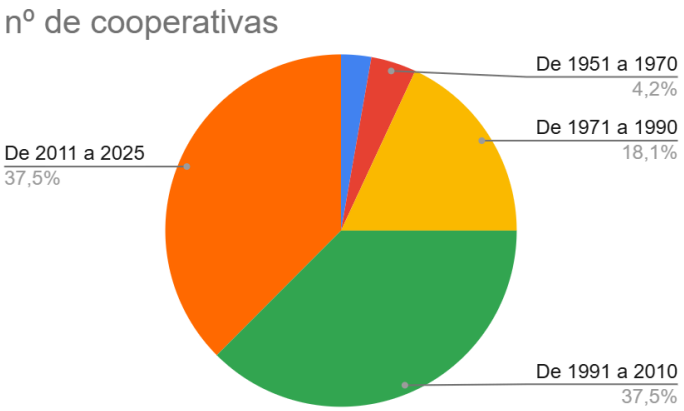
Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) (2025) a partir de dados da pesquisa.

A cooperativa mais antiga com atuação no território, fundada em 1911, é também a cooperativa agropecuária mais antiga do Brasil, criada em Ibirubá, contando com cooperados em diversos municípios da região e possui uma unidade em Arroio Grande. A cooperativa mais recente foi fundada em 2025, no município de Pinheiro Machado, trata-se de uma cooperativa agropecuária com atuação na produção e comercialização de hortaliças.

A análise temporal das fundações das cooperativas (Figura 3) revela uma trajetória de crescimento acentuado nas últimas três décadas, destacando os períodos de

1991 a 2010 e de 2011 a 2025, que juntos concentram 75% do total de cooperativas analisadas. Esse dado evidencia uma expansão significativa do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento territorial regional.

Figura 3 - Número de cooperativas por ano de fundação.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) (2025) a partir de dados da pesquisa.

É possível dizer que a maior proporção das cooperativas do Território Zona Sul possui até 20 cooperados (Quadro 2), correspondendo a 16 cooperativas, 22,2% do total. No entanto, somadas as faixas até 100 cooperados, há representação de 55,6% dessas organizações, demonstrando o predomínio de pequenas cooperativas com forte capilaridade territorial, característica importante para o desenvolvimento do território.

Quadro 2 - Número de cooperados.

Nº de cooperados	**Nº de cooperativas**	**%**
Até 20	16	22,2%
De 21 a 50	13	18,1%
De 51 a 100	11	15,3%
De 101 a 200	4	5,6%

De 201 a 500	7	9,7%
De 501 a 1000	3	4,2%
De 1001 a 10000	6	8,3%
De 10001 a 50000	4	5,6%
De 50001 a 100000	2	2,8%
Mais de 100000	3	4,2%
Sem dados	2	2,8%

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) (2025) a partir de dados da pesquisa.

Ao mesmo tempo em que as organizações pequenas e médias são relevantes para o desenvolvimento regional, refletindo as características de constituição do próprio território, elas demandam políticas públicas de apoio, capacitação e fortalecimento institucional, especialmente para garantir sua sustentabilidade multidimensional.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo mapear as organizações cooperativas em atividade no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Presentes fisicamente em 24 dos 25 municípios, e através de seus membros em todos, o cooperativismo está contribuindo para o desenvolvimento territorial regional. Através dessas experiências endógenas, diversas atividades econômicas essenciais são desenvolvidas pelos trabalhadores da Zona Sul do RS, que escolheram se organizar coletivamente sob os sete princípios do cooperativismo e continuar trabalhando onde vivem ao invés de buscar oportunidades fora do território. Esse cenário amplia as possibilidades de geração de renda, fomenta a economia solidária e cria oportunidades de trabalho, especialmente para jovens residentes em áreas rurais e periféricas, tradicionalmente à margem dos processos produtivos formais. Além disso, favorece o desenvolvimento de municípios de pequeno

e médio porte, muitas vezes carentes de perspectivas e recursos estruturais, promovendo alternativas sustentáveis e inclusivas por meio de arranjos cooperativos.

Observa-se uma predominância de cooperativas fundadas nas últimas décadas, o que indica uma tendência crescente na escolha do modelo cooperativo como forma de organização socioeconômica. Tal preferência reflete a busca por alternativas coletivas de produção, trabalho e geração de renda, alinhadas aos princípios de solidariedade, autogestão e desenvolvimento territorial regional. Também se apresenta o dado de que a maioria dessas cooperativas é de pequeno porte, sendo possível inferir a partir disso, que políticas públicas podem beneficiar o desenvolvimento dessas organizações.

Diante desse panorama, o estudo reforça a relevância de se realizar o mapeamento associado à extensão e a pesquisa universitária com objetivo de apoiar iniciativas de cooperação no Território Zona Sul do estado gaúcho. Evidencia-se um ambiente favorável ao ingresso no mercado de trabalho para profissionais em gestão de cooperativas. O trabalho dá visibilidade para as experiências, algumas pioneiras, dessa região, onde o trabalho coletivo tem suas raízes na diversidade étnica. Entendendo que o cooperativismo possui uma análise multidimensional própria, econômica, ecológica e socialmente, sempre haverá espaço para se desenvolver enquanto houver território, enquanto existirem dificuldades e oportunidades financeiras e enquanto existirem pessoas dispostas a se unirem para trabalhar em coletivo para superar essas dificuldades.

Dado que se trata de uma pesquisa em andamento, possui suas limitações. Contudo, o projeto abre diversas possibilidades para pesquisas futuras. Estudos que abordem a análise comparativa entre os diferentes ramos cooperativistas, pesquisas qualitativas que envolvam entrevistas para captar as experiências dos cooperados, os impactos sociais e culturais e as relações de poder internas, além da importância das políticas públicas de apoio ao cooperativismo no território da zona sul gaúcha.

Referências bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BETEMPS, Leandro Ramos. **Aspectos da Colonização Francesa em Pelotas.** História Em Revista, v. 5, n. 5, Etnias, 1999.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Ed. Mandamentos, 2006.

BOTELHO, L. de L. R; KAPELINSKI, F; VOGT, P; & MACEDO, M. (2024). **Mapeamento das Organizações Cooperativas Existentes na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Revista De Estudos Interdisciplinares , 6(1), 01–22. https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.683.

BRASIL, Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola.** Gov.br, Fundação Cultural Palmares, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola. Acesso: 31/05/25.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Gov.br, 2025. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso: 31/05/25.

BRASIL, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de assentamentos criados e reconhecidos**. Gov.br, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf/view. Acesso: 31/05/25.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Os Doces e o Charque de Pelotas (RS).** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1768/#:~:text=Assim%2C%20al%C3%A9m%20de%20ser%20considerada,oriunda%20do%20interc%C3%A2mbio%20charque%2Da%C3%A7%C3%BAcar. Acesso: 31/05/25.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Lista de Pescadores licenciados em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 03/2004.** Gov.br, Ministério da Pesca e Aquicultura, 2025. Disponível em:https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/pescador-e-pescadora-profissional/lista-de-pescadores-licenciados-em-atendimento-a-instrucao-normativa-conjunta-mma-seap-no-03-2004. Acesso: 31/05/25.

BRESCIANI, Juliana Bergamaschi. **Cooperativas Escolares e Sua Influência na Formação de Jovens:** Um Estudo de Caso na ONG Pequena Casa da Criança**.** TCC, UNISINOS, São Leopoldo, 2020

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, I. **Sociologia e política ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de Servir e Operários:** Organização de Trabalhadores Negros na Cidade do Rio Grande (Última Década do Século XIX). Pelotas, Dissertação (Mestrado em História), UFPEL, 2011.

DA SILVEIRA, Alexandre Borba; WEGNER, Douglas; MONTICELLI, Jefferson Marlon. Platform cooperativism as an alternative to post-Covid-19 economic development: evidence from Brazil. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 10, n. 20, p. e83893-e83893, 2023.

DURIGON, Jaqueline; GUARINO, Ernestino de Souza Gomes; HEIDEN, Gustavo (editores técnicos). **Plantas Alimentícias Não Convencionais no Território Zona Sul:** Identificação de espécies e usos de estruturas vegetativas. Brasília, DF: Embrapa ; Rio Grande : Ed. da Furg, 2024.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; HEIDEN, Roberto. **Políticas patrimoniais e reinvenção do passado:** os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. Cuadernos de Antropología Social Nº 30, pp. 137–154, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. [Rio de Janeiro, 2018]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 05 ago. 2024.

LIMBERGER, Emiliano. **Cooperativa - Empresa Socializante.** Imprensa Livre, 1996.

MAICÁ, Davi Soares; SIQUEIRA, Elisa Bald. **Estágio na Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda (COPTIL), Hulha Negra/RS.** Anais do 8º CaVG Integrando Conhecimentos: Laços, Trajetórias e Memórias, 2023.

MEDINA, Roberta Beiersdorf. **Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda.:** Trajetória Segundo a Ótica dos Associados. Revista Reflexão Cooperativista, Porto Alegre, RS, n. 3, p. 163-168, 2014.

MILANI, M. Z.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e associativismo no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da Serra Catarinense. In.: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J.; FERREIRA, R. G. **Cooperação e desenvolvimento rural**: olhares sul americanos. 1 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. 216 p.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa. **A participação dos imigrantes alemães e seus descendentes na hotelaria pelotense**. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, DF, 2017.

PERONI, N. D.; PEGLOW, K.; KOHLER, R. **Intercooperação**: estratégia para o desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar no Território Zona Sul (RS). Natural Resources, v. 8, n. 2, p. 1-10, 2018.

PINHO, D. B. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Coleção Buriti, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. SP: Atlas, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.. Representações sociais sobre cooperativas e desenvolvimento rural: o caso da agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 48(1), 77-104, 2010.

SILVA, Christian Luiz da; SAUKA, Jean Elizeu. **Desenvolvimento local e possibilidades de uma economia circular a partir de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 25, n. 2, 2024.

SOARES, Mariana de Andrade; ARNT, Mônica de Andrade; KUNKEL, Ignacio; FLECK, Luiz Fernando; LONDERO, Márcia. **Diagnóstico das comunidades Guarani no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS, Emater/RS-Ascar, 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.